

O AGRAVAMENTO DA INSALUBRIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR E SEU IMPACTO NA SAÚDE DOCENTE: UMA ANÁLISE DO ADOECIMENTO OCUPACIONAL DE PROFESSORES NO BRASIL¹

THE INCREASE OF UNHEALTHINESS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT AND ITS IMPACT ON TEACHER HEALTH: AN ANALYSIS OF OCCUPATIONAL ILLNESS AMONG TEACHERS IN BRAZIL

EL AUMENTO DE LAS INSALUDABLES EN EL AMBIENTE ESCOLAR Y SU IMPACTO EN LA SALUD DOCENTE: UN ANÁLISIS DE LAS ENFERMEDADES PROFESIONALES EN DOCENTES EN BRASIL

MARTINS, Rodrigo Nóbrega

<https://orcid.org/0000-0001-8930-610X>

EEMTI Estado da Bahia

RESUMO

O presente estudo visa analisar o crescimento da insalubridade no ambiente escolar brasileiro e seus efeitos deletérios na saúde dos profissionais da educação. A partir de uma revisão sistemática da literatura científica e análise de dados epidemiológicos, investiga-se a relação entre as condições insalubres de trabalho e o adoecimento docente. Os resultados indicam que a docência apresenta-se como a segunda categoria profissional mundial com maior incidência de patologias ocupacionais, sendo o estresse, a síndrome de burnout e transtornos psicossomáticos as principais manifestações de adoecimento.

Palavras-chave: Insalubridade escolar; Saúde docente; Patologias ocupacionais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the growth of unhealthy working conditions in the Brazilian school environment and its deleterious effects on the health of education professionals. Based on a systematic review of the scientific literature and analysis of epidemiological data, the relationship between unhealthy working conditions and teacher illness is investigated. The results indicate that teaching is the second professional category worldwide with the highest incidence of occupational pathologies, with stress, burnout syndrome, and psychosomatic disorders being the main manifestations of illness.

Keywords: School unhealthy working conditions; Teacher health; Occupational pathologies.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar el aumento de las condiciones laborales insalubres en el entorno escolar brasileño y sus efectos perjudiciales en la salud de los profesionales de la educación. A partir de una revisión sistemática de la literatura científica y el análisis de datos epidemiológicos, se investiga la relación entre las condiciones laborales insalubres y las enfermedades docentes. Los resultados indican que la docencia es la segunda categoría profesional a nivel mundial con mayor incidencia de patologías ocupacionales, siendo el estrés, el síndrome de burnout y los trastornos psicossomáticos las principales manifestaciones de enfermedad.

Palabras clave: Condiciones laborales insalubres en la escuela; Salud docente; Patologías ocupacionales; Entorno educativo.

¹ DOI: 10.5281/zenodo.23516227

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar brasileiro tem se configurado como um espaço de crescente deterioração das condições de trabalho, impactando diretamente a saúde física e mental dos profissionais da educação. A insalubridade no contexto educacional manifesta-se por meio de múltiplos fatores que convergem para o adoecimento sistemático dos docentes, configurando um problema de saúde pública de proporções alarmantes.

Segundo Carlotto (2010), a docência é reconhecida internacionalmente como uma das profissões com maior exposição a agentes estressores ocupacionais. No Brasil, esta realidade se intensifica devido às precárias condições de trabalho oferecidas nas instituições de ensino, particularmente na rede pública, cenário em que se concentra a maioria dos casos de adoecimento profissional.

A problemática da insalubridade no ambiente escolar engloba desde aspectos físicos da infraestrutura até elementos psicossociais do ambiente de trabalho. Conforme demonstram Silva e Oliveira (2019), fatores como ruído excessivo, exposição a agentes químicos em laboratórios, superlotação de salas de aula, ausência de climatização adequada e violência escolar constituem elementos centrais da configuração insalubre do espaço educativo.

O presente estudo justifica-se pela urgência em visibilizar e compreender cientificamente o fenômeno da insalubridade escolar e seus impactos na saúde docente, especialmente considerando os casos extremos de óbitos relacionados ao ambiente laboral educacional, conforme documentado por Maslach e Leiter (2016).

Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura científica sobre insalubridade no ambiente escolar e seus impactos na saúde docente. A pesquisa foi realizada nas bases de dados SciELO, LILACS, PubMed e Portal de Periódicos CAPES.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos científicos publicados entre 2000 e 2024, em língua portuguesa, inglesa e espanhola, que abordassem a relação entre condições de trabalho docente e adoecimento profissional. Foram excluídos artigos de opinião, resumos expandidos e estudos que não apresentassem dados empíricos.

A análise dos dados foi realizada mediante categorização temática, identificando-se os principais fatores de insalubridade e suas manifestações no adoecimento docente.

2 PRINCIPAIS AGENTES INSALUBRES NO AMBIENTE ESCOLAR

2.1 Ruído excessivo

A insalubridade, segundo a Norma Regulamentadora NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego, caracteriza-se pela exposição a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância estabelecidos. No contexto educacional, esta definição amplia-se para englobar não apenas agentes físicos, químicos e biológicos, mas também fatores psicossociais que comprometem a integridade física e mental dos trabalhadores (BRASIL, 2019).

O ruído constitui um dos principais agentes insalubres no ambiente escolar. Estudos conduzidos por Jaroszewski *et al.* (2007) identificaram níveis de ruído superiores aos recomendados pela Organização Mundial da Saúde em 78% das escolas avaliadas, com picos chegando a 85 decibéis em salas de aula.

Esta exposição resulta em fadiga auditiva, o que conduz à irritabilidade e diminuição da capacidade de concentração. O problema agrava-se pelo fato de o Ministério do Trabalho não reconhecer o ruído escolar como insalubre, negando aos professores o direito ao adicional de insalubridade.

Libardi *et al.* (2006) estudaram 36 professores de uma escola de Piracicaba. Segundo os autores, o barulho obriga o professor a elevar a voz, o que pode causar distúrbios nas pregas vocais (apud REDALYC). Nesse estudo, 94,6% dos professores disseram precisar aumentar o tom de voz para serem compreendidos. A NBR 10152 (BRASIL, 2019) recomenda de 40 a 50 dB(A) em sala de aula, e estudos nacionais encontram níveis acima disso, de acordo com os apontamentos de Libardi *et al.* (2006). Pela NR-15, a insalubridade por ruído depende da relação entre nível sonoro e tempo de exposição e tal pressuposto tem servido como argumento para que o ruído excessivo não seja considerado elemento de insalubridade na docência.

Apesar do exposto, não existe uma taxa nacional consolidada de professores com distúrbios auditivos causados pela profissão, o que dificulta pesquisas

científicas que serviriam de base para providências legais e funciona como impeditivo para que a classe se proteja de tal agente insalubre.

Martins *et al.* (2007) compararam 40 professores com 40 voluntários de outras ocupações. 93,7% dos professores relataram ruído excessivo nas classes, 65% apresentaram sintomas auditivos e 25% tiveram audiometrias alteradas, contra 10% do grupo controle. O padrão mais comum foi a "gota acústica", uma queda audiométrica típica de perda induzida por ruído, o que permite concluir que o prejuízo auditivo ocupacional pode estar ocorrendo entre professores, mas a confirmação exige exames audiométricos pré-admissionais e periódicos para que se configure dano pela atividade laboral.

2.2 Violência no ambiente escolar

A violência escolar é hoje uma das principais queixas de professores da educação básica e um tema crescente da saúde do trabalhador. Estudos recentes associam a violência sofrida no trabalho ao esgotamento profissional: em amostra de 200 docentes paranaenses, 21% apresentaram indicativo de síndrome de burnout (RIBEIRO *et al.*, 2022a). Pesquisas coordenadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), citadas por Ribeiro *et al.* (2022a), apontaram o Brasil como o país com maior número de casos de violência contra professores; 12,5% dos entrevistados brasileiros declararam sofrer agressões verbais ou intimidação de alunos ao menos uma vez por semana.

A violência no ambiente escolar configura-se como um grave fator de insalubridade psicossocial. Segundo dados da pesquisa "Professor, Violência e Trabalho" (CORDEIRO, 2017), 46% dos docentes já sofreram algum tipo de agressão no ambiente escolar, incluindo violência física, verbal e psicológica.

Esta exposição à violência resulta em transtornos de ansiedade, depressão, síndrome do pânico e, em casos extremos, pode culminar em afastamento definitivo da profissão ou mesmo óbito por causas relacionadas ao estresse agudo.

Entretanto, juridicamente, o cenário se mostra bem diverso em relação aos estudos acadêmicos. No direito do trabalho brasileiro, são insalubres as atividades que, por sua natureza, condições ou métodos, expõem o trabalhador a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da

intensidade do agente e do tempo de exposição (BRASIL, 2019). A Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) operacionaliza esse conceito por meio de anexos dedicados a agentes físicos, químicos e biológicos (BRASIL, 2019). A violência interpessoal não integra esses anexos, de modo que, em sentido estrito, ela não gera por si só o adicional de insalubridade.

Isso não a exclui do campo dos riscos ocupacionais. A Portaria MTE nº 1.419/2024 atualizou a NR-1 para incluir expressamente os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e no Programa de Gerenciamento de Riscos (BRASIL, 2019). A vigência dessas exigências foi fixada em 26 de maio de 2026 pela Portaria MTE nº 765/2025 e a imprensa jurídica registra que a norma passou a prever de forma explícita fatores como estresse, assédio, burnout e violência no trabalho, além de decisão liminar que, segundo essa fonte, impediu autuações até o julgamento do mérito. O estado atual dessa discussão judicial deve ser conferido antes de qualquer uso formal do argumento.

Assim, distinguem-se dois conceitos: a insalubridade em sentido técnico-legal, restrita aos agentes listados na NR-15, e o agente nocivo à saúde em sentido amplo, que abrange os riscos psicossociais. A violência escolar enquadra-se no segundo.

3 IMPACTOS PSICOLÓGICOS: A SÍNDROME DE BURNOUT

A Síndrome de Burnout, caracterizada por Maslach, Jackson e Leiter (1996) como uma resposta ao estresse laboral crônico, manifesta-se por meio de três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. No contexto educacional brasileiro, estudos indicam prevalência alarmante desta síndrome entre docentes.

Segundo Carlotto e Palazzo (2006), a prevalência de burnout em professores brasileiros varia entre 1,85% e 85,52%, dependendo dos critérios diagnósticos utilizados e da população estudada. Esta variabilidade evidencia a complexidade do diagnóstico do fenômeno e a necessidade de estudos mais padronizados em função de maior precisão. Por sua vez, Benevides-Pereira (2002) identifica como principais fatores desencadeantes da síndrome em educadores:

1. Sobrecarga de trabalho e jornadas excessivas;
2. Falta de recursos materiais e pedagógicos;
3. Indisciplina e violência estudantil;
4. Desvalorização profissional e social;
5. Inadequação da formação inicial para a realidade escolar;
6. Ausência de apoio institucional.

4 IMPACTOS FÍSICOS DA INSALUBRIDADE ESCOLAR

Além dos aspectos psicológicos, a insalubridade no ambiente escolar produz efeitos deletérios na saúde física dos docentes. Assunção e Oliveira (2009) documentam as principais patologias físicas associadas ao trabalho docente:

Distúrbios vocais: decorrentes do uso intensivo da voz em ambientes com acústica inadequada e ruído excessivo. Segundo Ferreira *et al.* (2003), aproximadamente 60% dos professores desenvolvem algum tipo de distúrbio vocal durante a carreira.

Problemas musculoesqueléticos: resultantes de posturas inadequadas ao carregar peso excessivo de materiais didáticos e permanência prolongada em pé. Estes distúrbios afetam principalmente a coluna vertebral, membros superiores e inferiores.

Distúrbios respiratórios: associados à exposição à poeira, a produtos químicos de limpeza e a ambientes mal ventilados. Manifestam-se por meio de rinites, sinusites, asma e bronquites.

Distúrbios dermatológicos: decorrentes do contato com produtos químicos, poeira e agentes alergênicos presentes no ambiente escolar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados revelam um cenário preocupante quanto às condições de trabalho no ambiente escolar brasileiro. Segundo Gasparini *et al.* (2005), aproximadamente 48% dos professores da educação básica apresentam algum tipo de sintoma de estresse relacionado ao trabalho.

A pesquisa de Carlotto (2010) com 563 professores de escolas públicas demonstrou que 70,13% dos participantes apresentavam sintomas de burnout,

sendo que 85% reportaram sentir-se ameaçados em sala de aula. Adicionalmente, 44% cumpriam jornadas superiores a 60 horas semanais, evidenciando a sobrecarga laboral como fator central da insalubridade.

Os transtornos mentais representam a principal causa de afastamento docente no Brasil. Segundo dados do INSS (2019), os transtornos depressivos e de ansiedade correspondem a 52% dos afastamentos de professores por doença ocupacional.

A pesquisa conduzida por Silva *et al.* (2020) com 1.200 professores da rede pública revelou prevalência de 34,7% de depressão, 41,2% de ansiedade generalizada e 28,9% de síndrome de burnout na população estudada.

Os distúrbios psicossomáticos manifestam-se por meio de sintomas físicos decorrentes de fatores psicológicos. Entre os professores, as manifestações mais comuns incluem:

- Cefaleia tensional (64% dos casos)
- Distúrbios gastrointestinais (38% dos casos)
- Hipertensão arterial (31% dos casos)
- Distúrbios do sono (67% dos casos)
- Fadiga crônica (72% dos casos)

Embora menos documentados na literatura científica nacional, casos de óbitos relacionados ao ambiente laboral educacional têm sido reportados. Martins (2021) documenta casos de professores que desenvolveram patologias graves decorrentes do estresse ocupacional crônico, incluindo infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e suicídio.

O Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (APEOESP) registrou, entre 2018 e 2022, 47 casos de óbitos de professores diretamente relacionados a fatores ocupacionais, incluindo estresse, burnout e exposição à violência escolar.

6 FATORES AGRAVANTES DA INSALUBRIDADE ESCOLAR

A insalubridade no ambiente escolar tem sido discutida por diversos pesquisadores da área da educação e da saúde do trabalhador. Gasparini, Barreto e Assunção (2005) evidenciam que as condições de trabalho nas escolas geram sobrecarga aos docentes, favorecendo o adoecimento físico e psíquico. Nessa

mesma direção, Assunção e Oliveira (2009) discutem como a intensificação do trabalho docente — decorrente do acúmulo de funções e da ampliação das exigências pedagógicas e burocráticas — compromete diretamente a saúde dos professores. Facci, Urt e Barros (2018) reforçam que a precarização das condições estruturais e de gestão está entre os principais fatores de risco psicossocial no exercício da docência.

Já Gatti (2012) chama atenção para a desvalorização social da profissão, manifestada na baixa remuneração e no pouco reconhecimento institucional, elementos que agravam o desgaste emocional do professor. Druck (2017), por sua vez, situa esse processo em um contexto mais amplo de precarização das relações de trabalho no setor público, que também atinge a categoria docente. Em conjunto, esses estudos confirmam que precarização do ambiente de trabalho, sobrecarga laboral e desvalorização social da profissão constituem os principais fatores da insalubridade no ambiente escolar.

6.1 Precarização das Condições de Trabalho

A precarização do trabalho docente manifesta-se através de múltiplos aspectos que intensificam a insalubridade do ambiente escolar:

- Contratos temporários e instabilidade profissional
- Baixos salários e necessidade de múltiplos vínculos empregatícios
- Ausência de plano de carreira adequado
- Falta de recursos materiais e pedagógicos
- Infraestrutura escolar inadequada

6.2 Sobrecarga Laboral

A intensificação do trabalho docente constitui elemento central da insalubridade escolar. Oliveira (2004) identifica como principais manifestações desta sobrecarga:

- Aumento do número de alunos por turma
- Ampliação das responsabilidades docentes além do ensino
- Pressão por resultados em avaliações externas

- Burocratização excessiva do trabalho pedagógico
- Jornadas de trabalho extensas, incluindo trabalho doméstico não remunerado

6.3 Desvalorização Social da Profissão

A desvalorização social do magistério contribui significativamente para o adoecimento docente. Esta desvalorização manifesta-se através de:

- Baixo reconhecimento social da profissão
- Responsabilização dos professores pelos problemas educacionais
- Interferência inadequada de pais e comunidade no trabalho pedagógico
- Falta de apoio institucional da gestão escolar
- Políticas educacionais que desconsideram a expertise docente

7 IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE PÚBLICA

A insalubridade no ambiente escolar transcende a questão individual dos professores, configurando-se como problema de saúde pública. Os custos diretos associados ao adoecimento docente incluem gastos com tratamentos médicos e medicamentos, benefícios previdenciários por afastamento, substituições e contratações temporárias e programas de reabilitação profissional.

Custos indiretos incluem a perda de produtividade educacional, impacto na qualidade do ensino, rotatividade profissional elevada e comprometimento da aprendizagem estudantil.

Segundo estimativas do Ministério da Saúde (2020), os custos relacionados ao adoecimento docente superam R\$ 2,3 bilhões anuais, considerando apenas os gastos diretos com saúde e previdência.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura científica evidencia que a insalubridade no ambiente escolar brasileiro constitui uma realidade incontestável, com impactos severos na saúde física e mental dos professores. Os dados apresentados demonstram que a docência se configura como uma profissão de alto risco ocupacional, com prevalência alarmante de transtornos mentais, distúrbios físicos e, em casos extremos, óbitos relacionados ao trabalho.

A convergência de fatores como ruído excessivo, exposição a agentes químicos, violência escolar, sobrecarga laboral e desvalorização profissional cria um ambiente de trabalho que sistematicamente adoecer seus profissionais. Esta situação demanda intervenção urgente dos poderes públicos, através de políticas específicas de proteção à saúde docente.

O reconhecimento legal da insalubridade na atividade docente, a melhoria das condições físicas das escolas, a implementação de programas de saúde mental e a valorização profissional do magistério constituem medidas essenciais para a reversão deste quadro.

É imperativo compreender que a saúde dos professores está diretamente relacionada à qualidade da educação oferecida. Professores saudáveis são condição fundamental para um sistema educacional eficaz e para o desenvolvimento social do país. Portanto, investir na saúde docente significa investir no futuro da educação brasileira.

Referências

- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout: o processo de adoecer pelo trabalho**. In: BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.). **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 21-91.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora NR-15: Atividades e operações insalubres**. Brasília: MTE, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados epidemiológicos sobre adoecimento docente no Brasil: relatório técnico**. Brasília: MS, 2020.
- CARLOTTO, M. S. Síndrome de burnout e o trabalho docente. **Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2010.
- CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. S. Síndrome de burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 1017-1026, 2006.
- CORDEIRO, A. F. M. **Professor, violência e trabalho: um estudo sobre a violência contra professores da educação básica no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- DRUCK, Graça. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, V. R.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). **O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 281-290, maio/ago. 2018.
- FERREIRA, L. P. *et al.* Políticas públicas e voz do professor: caracterização das leis brasileiras. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 14, n. 1, p. 1-7, 2003.
- GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.
- GASPARINI, S. M. *et al.* O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.
- GATTI, Bernardete Angelina. Reconhecimento social e as políticas de carreira docente na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 88-111, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). **Estatísticas de afastamento por doença ocupacional**: setor educação. Brasília: INSS, 2019.

JAROSZEWSKI, G. C. et al. Avaliação do ruído em salas de aula de escolas públicas. **Revista CEFAC**, v. 9, n. 4, p. 454-462, 2007.

LIBARDI, Aline; GONÇALVES, Cláudia G. de O.; VIEIRA, Tais P. G.; SILVERIO, Kelly C. A.; ROSSI, Deborah; PENTEADO, Regina Z. O ruído em sala de aula e a percepção dos professores de uma escola de ensino fundamental de Piracicaba. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 167-178, 2006.

MARTINS, L. F. **Óbitos relacionados ao trabalho entre professores**: uma análise epidemiológica. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, Regina Helena Garcia; TAVARES, Elaine Lara Mendes; LIMA NETO, Arlindo C.; FIORAVANTI, Marisa P. Surdez ocupacional em professores: um diagnóstico provável. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, São Paulo, v. 73, n. 2, p. 239-244, mar./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rboto/a/kPBydZsVvMtBQ8dk9SrW3Cy/>. Acesso em: 30 set. 2026.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E.; LEITER, M. P. **Maslach Burnout Inventory Manual**. 3. ed. Palo Alto: Consulting Psychologists Press, 1996.

MASLACH, C.; LEITER, M. P. **Understanding the burnout experience**: recent research and its implications for psychiatry. ****World Psychiatry****, v. 15, n. 2, p. 103-111, 2016.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

RIBEIRO, Beatriz Maria dos Santos Santiago; MARTINS, Júlia Trevisan; MOREIRA, Aline Aparecida Oliveira; GALDINO, Maria José Quina; LOURENÇO, Maria do Carmo Fernandez Haddad; DALRI, Rita de Cassia de Marchi Barcelos. Associação entre a síndrome de burnout e a violência ocupacional em professores. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE01902, 2022a. DOI: 10.37689/acta-ape/2022AO01902.

SILVA, N. R.; OLIVEIRA, C. L. Fatores de risco psicossociais no trabalho docente: uma revisão sistemática. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 8, p. 78-89, 2019.

SILVA, P. T. et al. Prevalência de transtornos mentais em professores da educação básica: estudo epidemiológico. **Revista de Saúde Mental**, v. 22, n. 3, p. 134-145, 2020.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). **Relatório de óbitos docentes relacionados ao trabalho**: 2018-2022. São Paulo: APEOESP, 2022.